

**PROCESSO N°** : 2016/65010/000003  
**UNIDADE GESTORA** : 650100 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2015  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 037/2016**  
SGD N° 2016/09049/000714

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da (o) **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **183 e 184**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **90,06%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **22,96%**, justificado à fl. **241**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Receitas Correntes	2.166.968,00	1.818.389,83	83,91
Receitas de Capital	6.400.000,00	148.215,21	2,31
<b>TOTAL</b>	<b>8.566.968,00</b>	<b>1.966.605,04</b>	<b>22,96</b>



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
100	0,00	14.635,10	-
210	1.060.552,00	1.163.110,11	109,67
223	106.416,00	111.603,80	104,88
225	6.400.000,00	635.421,71	9,93
226	0,00	41.800,00	-
234	1.000.000,00	0,00	0,00
5236	0,00	34,32	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.566.968,00</b>	<b>1.966.605,04</b>	<b>22,96</b>

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um razoável nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **66,03%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	22.350.320,00	18.639.949,55	83,40
Despesa de Capital	7.613.715,00	1.145.208,00	15,04
<b>TOTAL</b>	<b>29.964.035,00</b>	<b>19.785.157,55</b>	<b>66,03</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	11.083.067,00	9.349.814,33	84,36
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	10.314.000,00	10.106.000,00	97,98
210 - Cota-Parte Inst.Nac.Desenv.do Desporto-INDESP	1.060.552,00	312.193,22	29,44
223 - Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	106.416,00	0,00	0,00
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	6.400.000,00	17.150,00	0,27
234 – Termo de Adesão com Órgãos Federais	1.000.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.964.035,00</b>	<b>19.785.157,55</b>	<b>66,03</b>

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem uma redução de **1,7%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 1.966.605,04**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 14.775.416,31**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 5.366.223,02** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 4.839.581,81**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 19.785.157,55**, as transferências financeiras concedidas no montante de



**R\$ 5.000,00**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 730.583,58**, restando saldo de **R\$ 6.427.085,05** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **188 a 191**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **202 e 203**, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **97,98%**, indicando que o Órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 32.567.253,78**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante ou Dívida Fundada.

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.727.678,13**, que se refere a restos a pagar processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi cancelado **R\$ 10.052,27**, restando ainda um saldo de **R\$ 2.220.508,89**, justificado às fls. **185 e 242**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 156.294,95** e cancelado **R\$ 7.049,86**, restando um saldo de **R\$ 685.325,28**, justificado às fls. **242/243**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **déficit** financeiro de **R\$ 1.139.119,98**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 6.562.871,51**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 7.701.991,49**, conforme fl. **204 e 206**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 32.567.253,78**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.7.1 O Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial registra saldo de bens móveis de terceiros em processo de localização no valor de **R\$ 2.534,80**, não havendo nenhuma baixa no exercício em análise, conforme justificativa às fls. **238 e 243**.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 289.801,74**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **245 a 282**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 6.385.285,05**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:



*[Handwritten signatures and initials]*

a) banco conta movimento **R\$ 5.338.752,65:**

- 1 - **R\$ 16.162,99** na Conta Única do Tesouro Estadual;
- 2 - **R\$ 5.322.589,66** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 1.046.532,40.**

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 13.817.287,06**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 16.072.478,14** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 13.814.400,83**, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de **R\$ 2.258.077,31** conforme demonstrado às fls. **194 a 197**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 1.587.503,24**, à fl. **212**.

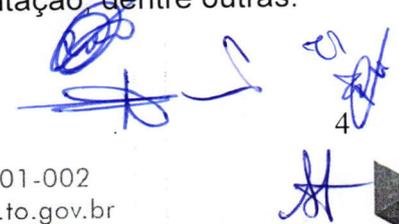
4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

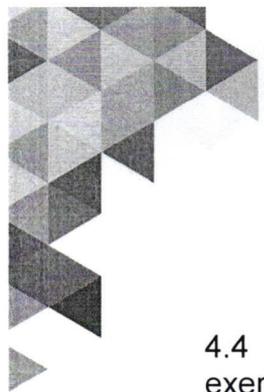
4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação de **2** (dois) processos de adesão à ata de registro de preços, **10** (dez) processos de transferência voluntária de recursos, decorrente de emenda parlamentar, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, bem como rejeição de algumas propostas de repasse de recursos.

4.2 Houve, no período em análise, a instauração de procedimento de fiscalização, onde foram analisados por comissão específica da Controladoria Geral do Estado **59** (cinquenta e nove) processos, durante o período de **20/03/2015** a **17/04/2015**, dos quais constavam processos de despesas resultantes de procedimentos licitatórios, oriundos de exercícios anteriores, bem como contratos para continuidade de execução dos serviços firmados, para fins de verificação da regularidade e legalidade, os quais levaram à emissão de **52** (cinquenta e duas) Solicitações de Ações Corretivas – SAC, cuja análise considerou haver um prejuízo potencial e possibilidade de dano ao erário, tendo sido, o resultado, devidamente encaminhado ao Gestor do Órgão para as providências necessárias cabíveis.

4.3 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **08** (oito) atendimentos presenciais e **5** (cinco) via telefone, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, suprimento de fundos, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.



  
4



4.4 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Secretaria do Esporte Lazer e Juventude** no exercício em análise, conforme informado a fl. **381**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **19 a 138**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude** a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **33 a 43**, definidos nos Programas Temáticos: 1024 **Esporte e Lazer**, 1025 – **Criança, Adolescente e Juventude**, 1034 – **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1094 - **Gestão e Manutenção** da Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um baixo grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas, em contrapartida ao bom desempenho das metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **53 a 63**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **6** (seis) indicadores, dos quais **4** (quatro) apresentaram um nível satisfatório, **2** (dois) não foram apurados, além de constar inconsistências/divergências nas análises, conforme demonstrativos, às fls. **44 a 52**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **9** (nove) serviços à sociedade, sendo **2** (duas) parcialmente, de um total de **13** (treze), demonstrando um médio grau de eficiência alcançado pela entidade, às fls. **64 a 82** e fl. **386**. Destacamos também, que a iniciativa 698, à fl. **71** não foi realizada a análise pelo órgão,

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **16** (dezesseis) ações orçamentárias, sendo **12** (doze) de natureza atividade e **4** (quatro) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um médio grau de eficiência, com a não

*[Handwritten signatures and initials]*  
5



realização física de **8** (oito) e financeira de **8** (oito) delas, respectivamente, às fls. **83** a **104**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco), sendo **4** (quatro) ações de natureza atividade, e **1** (uma) projeto, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **83,26%** foi executado por meio do Programa de Gestão Manutenção, às fls. **105** a **109**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **374** a **379**, um quantitativo de **242** servidores ativos, sendo que **4** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **114** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Salim Rodrigues Milhomem**, **Paulo Fernando de Araújo Santana** e outros relacionados neste processo à fl. **08**.

**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**, aos 16 dias do mês de março de 2016.

  
**José Roberto A. Guimarães**  
Analista/Economista

  
**Veralúcia R. Barros**  
Analista/Contador

  
**Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda**  
Gerente de Avaliação e Controle da  
Gestão Governamental

  
**Wellington Junior Silveira**  
Gerente de Auditoria em Gestão  
Administrativa

  
**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;  
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.  
Em 16/03/2016.

  
**SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA**  
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

